

Modalidade: Comunicação Oral

Subtema: **7 – Juventude, pessoa com deficiência e políticas de inclusão social**

PCD E O SUAS: UMA HISTÓRIA DE INCLUSÃO?

Luzia Helena Galaxe de Lima Tavares - Doutoranda da U.F.F.

Esse trabalho pretende fazer uma análise da situação da Pessoa Com Deficiência (PCD), incluindo-se aí os jovens, a partir da pesquisa, em andamento, realizada no Estado do Rio de Janeiro, pelo Núcleo de Avaliação e Análise de Políticas Sociais, intitulada “Assistência Social e a Construção de Direitos no Estado do Rio de Janeiro: avaliação a partir da experiência do Benefício de Prestação Continuada – BPC”, que tem como objetivo avaliar o processo de construção da Assistência Social neste Estado através de um de seus principais benefícios, o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A Assistência Social como política pública de proteção social configura uma situação nova para o Brasil. A sua implementação apresenta estágios muito diferenciados no país. Houve avanços importantes, como a ampliação do número de secretarias próprias da Assistência Social e do reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes, jovens, idosos e pessoa com deficiência. Procuramos estudar como tem sido incorporado esse benefício pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS), já que a Política de Assistência Social efetivada pelos governos municipais, embora siga as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), apresenta um perfil diferenciado, em razão da forma como o governo local se relaciona com a sociedade, mais especificamente, com a população excluída. Enquanto Política Social do estado capitalista, a Assistência Social assume maior ou menor visibilidade, na medida em que o governo municipal assume uma prática política calcada na cultura dos direitos.

Destacamos algumas diretrizes que nortearam a pesquisa com abrangência geográfica limitada ao Estado do Rio de Janeiro, em 21 municípios. Aspectos demográficos, sócio-econômicos, etnográficos, ambientais e culturais, foram examinados com o objetivo de verificar seus impactos em relação à Pessoa Com Deficiência.

A coleta de dados foi feita mediante a aplicação de questionário, aplicados em cada município pesquisado: o Gestor, 2 CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e 6 beneficiários, através de entrevistas realizadas no domicílio do respondente ou no CRAS de sua região.

Essa pesquisa nos tem mostrado que há entendimentos diferenciados sobre o papel do BPC para os sujeitos pesquisados. A prática desenvolvida pelos CRAS está distante das novas formulações promulgadas pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com feições ainda assistencialistas, burocrática e política e visões distintas acerca da pessoa com deficiência, as quais, com rara exceção, são ainda percebidas como depositários das benesses do Estado.

Palavras-chave: Assistência Social – Pessoa Com Deficiência – Inclusão Social